



**BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	462.738	21.802	466.255	23.356
Aplicações financeiras (Nota 5)	4.403.502	781.495	4.403.502	629.710
Contas a receber de terceiros, líquidas (Nota 6)	2.430.824	2.016.591	2.430.824	2.018.680
Partes relacionadas (Nota 18)	519.917	393.811	521.110	331.403
Estoque (Nota 7)	617.084	410.217	617.764	410.755
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	1.379.885	1.138.102	1.467.091	1.168.045
Outros ativos	435.665	212.292	436.162	212.492
	10.249.615	4.974.310	10.345.086	4.994.441
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas (Nota 18)	13.927	12.298	5.135	5.135
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	3.858.695	3.359.371	4.081.815	3.593.979
Depósitos judiciais (Nota 16c)	1.710.769	1.488.560	1.778.480	1.551.724
Outros ativos	16.639	9.666	16.640	9.666
	5.600.030	4.869.895	5.882.070	5.160.504
Investimentos (Nota 10)	4.935.666	4.555.248	4.509.256	4.284.196
Imobilizado (Nota 11)	8.674.605	7.953.292	9.205.260	8.381.818
Intangível (Nota 12)	2.000.255	2.401.570	2.000.645	2.401.599
	21.210.556	19.780.005	21.597.231	20.228.117
<b>Total do ativo</b>	<b>31.460.171</b>	<b>24.754.315</b>	<b>31.942.317</b>	<b>25.222.558</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DE AACIONISTAS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL**  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva especial para dividendos não distribuídos		Reserva de incentivos fiscais acumulados		Prejuízos acumulados		Patrimônio líquido para futuro aumento de capital		Resultado não controladores		Patrimônio líquido consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldos em 01 de janeiro de 2012	6.960.191	205.191	-	-	3.255.507	4.141	(330.146)	10.094.884	7.042	1.342.710	-	-	11.444.636	(880.496)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	1.342.710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:														
Reserva de retenção de lucro	-	-	(4.042)	-	-	-	(4.042)	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(120.066)	-	-	-	(120.066)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.302.901	205.191	(124.108)	-	3.255.507	4.141	(1.210.642)	10.432.990	7.042	-	-	-	10.440.032	(1.157.992)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - troca de ações	2.218.999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.521.900	205.191	(124.108)	-	3.255.507	4.141	(2.368.634)	11.493.997	7.042	-	-	-	11.501.039	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012** (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia"), anteriormente denominada BCP S.A., companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, sediada na Rua Florida, 1970, na Cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social a implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, na modalidade telefonia móvel, bem como, a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, explorar, a implantação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). Em 17 de julho de 1997, a Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do serviço móvel celular para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 63 distritos e municípios próximos à capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998. A Companhia detém o controle acionário da Companhia Operacional Amercell S.A. ("Amercell") e das não operacionais, Tess Ltd., ATL Cayman, Telet BVI e Claro Corporate Empreendimentos Imobiliários Ltda. No ano de 2012 foram assinados novos contratos de concessões de rádio freqüências, sendo eles contratos de 450 MHz abrangendo os estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Bahia, Paraná, Paraná (norte), Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo (capital e interior), Amazonas, Maranhão, Roraima, Amapá e Pará, com prazo para exploração em outubro de 2027 e o 4G (2.500 MHz) abrangendo todo o Brasil exceto os estados do Amazonas, Roraima e Pará com o prazo para exploração entre junho de 2014 e outubro de 2027. Além dos novos contratos foram também assinadas renovações das concessões que venceram em 2012 e 2013, sendo elas os contratos de 850 MHz dos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amazonas, Maranhão, Roraima, Amapá e Pará e também das faixas 900 MHz e 1800/1900 MHz dos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Goiás, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e São Paulo sendo todos com prazos de exploração em 2027. As autorizações que preveem o direito de uso de radiofreqüência para prestação do SMP são por prazo determinado e, em sua maioria, têm a possibilidade de renovação por mais 15 anos. O custo de renovação está previsto nos Termos de Autorização de Radiofreqüência e consiste no pagamento bilateral, ao Poder Concedente, do valor de 2% sobre a receita líquida do ano que encerra cada biênio. Tal pagamento leva em consideração apenas a receita líquida da região coberta pela licença que foi renovada. Os negócios de telecomunicações da Companhia, incluindo os serviços que podem ser fornecidos, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel"), a autoridade reguladora de telecomunicações, conforme estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos complementares. As partes decidiram promover uma reorganização societária envolvendo as suas respectivas estruturas societárias, visando a otimização das participações societárias detidas pelo Grupo América Móvil no Brasil, com o objetivo de reduzir custos administrativos, captura de sinergias, incremento de sua competitividade e eficiência, em especial na comunicação e respostas ao órgão regulador, aprimoramento das práticas comerciais e aperfeiçoamento da rede de atendimento aos clientes. Os administradores da Claro S.A. e da Amercell S.A. firmaram instrumento particular de protocolo de justificativa de cisão parcial com incorporação, visando implementar a cisão parcial da Amercell S.A., em síntese representada pela rede de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com incorporação do ativo e ser cindido pela Claro S.A., permanecendo na Amercell S.A. a rede de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). A cisão parcial visou melhor atender normas regulatórias das telecomunicações pela ANATEL, objetivo de aprovação por meio do Atto 1.128 de 29/02/2012, resultado na unificação das licenças para o SMP em único CNPJ. No caso a Claro S.A. que é detentora das licenças de telefonia móvel nas demais regiões do País, por meio de laudo técnico emitido, os elementos do ativo e do passivo da Amercell S.A. que compõem o ativo líquido a ser cindido para a Claro S.A. são representados, em resumo, pelos seguintes itens:

**Balanco patrimonial da Amercell:**

	30/09/2012	
	Saldo antes da cisão	Saldo após cisão
Ativo circulante	770.937	530.021
Ativo não circulante	5.764.156	741.187
	6.535.093	1.271.208
Passivo circulante	677.243	381.283
Passivo não circulante	307.065	-
Patrimônio líquido	5.550.765	889.925
	6.535.093	1.271.208

Em 29 de maio de 2012, a controladora Amercell adquiriu 445.419.980 ações ordinárias e 2.058.334.078 ações preferenciais da Embratel TVSAT Telecomunicações S.A. ("TVSAT"), subsidiária por R\$2.347.000. A TVSAT é uma prestadora de serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite. Com essa transação, a Amercell passou a deter 60,82% do capital da TVSAT. No ato de setembro de 2012, a Amercell subscreveu e integralizou aumento de capital da TVSAT no valor de R\$1.500.000, passando a deter 74,04% da TVSAT. Entretanto, a Amercell não adquiriu o controle da TVSAT uma vez que não possui a maioria das ações ordinárias com direito a voto. A TVSAT é controlada e administrada pela Embratel Participações S.A. Em 11 de abril de 2013, a Embratel Participações S.A. ("Embratel") divulgou em Foro Relevante que estão em andamento junto à Anatel estudos internos e procedimentos com respeito à reestruturação societária envolvendo a Companhia, a Embratel e suas controladas Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Embratel") e NET Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), todas controladas indiretamente pela América Móvil, visando a consolidação das estruturas e atividades das companhias em uma única sociedade. Em 30 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária da TVSAT aprovou a redução do capital social da TVSAT mediante o cancelamento de 1.854.899.746 ações, sendo 927.449.871 ordinárias e 927.449.871 preferenciais. Com anuência da totalidade dos acionistas da TVSAT, foi aprovado que essa redução de capital será realizada desproporcionalmente à participação dos acionistas no capital da TVSAT, de tal forma que serão canceladas apenas ações de titularidade da Amercell. A TVSAT irá devolver, à Amercell, R\$ 1.774.719, correspondente ao valor patrimonial das ações canceladas, com base em balanço levantado em 30 de novembro de 2013. Esta deliberação só se tornará eficaz após o deferimento do arquivamento pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, prevista para ocorrer no segundo trimestre de 2014. Como resultado dessa redução de capital, o percentual de participação da Amercell na TVSAT deverá ser reduzido para 63%.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e do suporte financeiro da controladora. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando explicitado diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução do valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais da Amercell, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contábeis de Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas, que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados pelo custo de valor justo. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, com os efeitos das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs. Em decorrência dos acervos líquidos recebidos no processo de reestruturação societária descrita na nota 1, as demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2013 não são comparáveis às de 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2014. Não foram demonstradas informações por segmentos, visto que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telefonia móvel celular. Os resultados da Companhia e suas controladas são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Em relação aos pronunciamentos IAS 1 (R) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados, IAS 32 (R) - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros, IFRS 1 (R) - Adoção Inicial das IFRS, IFRS 7 (R) - Instrumentos Financeiros: Divulgação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) - Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) - Investimentos em Coligada e em Controlada, que foram emitidos (novos pronunciamentos) e/ou revisados pelo IASB e passaram a ser aplicados pela primeira vez em 2013, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2013. Em relação aos pronunciamentos IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 Combinação de Negócios, IFRS 8 Operação por Segmento, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, Entidades de Investimento (Revisões de IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27), IFRS 13 Mensuração do Valor Justo, IAS 16 Ativo Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis, IAS 24 Divulgações de Partes

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FIMOS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida (Nota 20)	13.436.029	11.420.925	13.684.600	12.916.178
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas (Nota 21)	(9.723.145)	(8.394.710)	(9.908.165)	(9.343.041)
Lucro bruto	3.712.884	3.026.215	3.776.435	3.573.137
Recargas (despesas) operacionais	(3.299.468)	(2.824.107)	(3.301.548)	(3.125.231)
Comerciais (Nota 22)	(831.912)	(692.407)	(834.651)	(837.012)
Despesas administrativas (Nota 23)	(1.884.502)	(767.423)	(1.860.368)	(728.860)
Despesas financeiras, líquidas (Nota 24)	390.891	274.202	416.298	237.004
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25)	206.129	25.684	136.064	(12.804)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(5.418.862)	(4.004.051)	(5.444.223)	(4.466.859)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social e do imposto de renda não controladores	(1.705.978)	(977.836)	(1.667.788)	(853.722)
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 9)	-	(79.032)	(27.785)	(138.891)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 9)	547.986	176.372	538.312	152.364
Prejuízo operacional antes da participação não controladores	(1.157.992)	(880.496)	(1.157.261)	(880.249)
Participação não controladores	-	-	(731)	(847)
Prejuízo do exercício	(1.157.992)	(880.496)	(1.157.992)	(880.496)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações, em reais (Nota 19e)	(27,33)	(20,82)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRENTADO - EXERCÍCIOS FIMOS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo do exercício	(1.157.992)	(880.496)	(1.157.992)	(880.496)
Total dos resultados abrangentes	(1.157.992)	(880.496)	(1.157.992)	(880.496)

A Companhia elegueu por demonstrar os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional foi necessária explicativa.

é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos bens imobilizados está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 11). Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são imobilizados. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **j) Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse período. **j) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas por valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As concessões comparem a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a ser referir, pelo método linear (Nota 12). Incluem ainda, os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes a logos originais que estão sendo amortizados pelo prazo de validade dos contratos. **k) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, o fluxo de caixa futuro estimado são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases contábeis, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. **l) Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável se for feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 16). **m) Provisão para descontinuidade de ativos:** A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida do ativo imobilizado, é decorrente a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente (Nota 17). **n) Provisão para o programa de fidelização:** A controladora Claro S.A. possui programa de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos e serviços. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto. **o) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor líquido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **p) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço de telefonia celular compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já pagos são registrados como outros passivos circulantes. As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, simcards e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; a Companhia e suas controladas não detêm mais controle operacional sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia e suas controladas. **q) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas é o Real. **r) Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **s) Campanhas promocionais:** Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **t) Ajuste ao valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **u) Subvenção e assistência governamentais:** A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos. A Companhia possui a pleitear a redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, BA, SE, AL e RN) e 2018 (para: PE, CE e PE). Em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **v) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-bases das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza inerente a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo avaliado em períodos futuros. A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **w) Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **x) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, partes relacionadas e depósitos judiciais. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são as contas a pagar com fornecedores e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração de ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que é feita de acordo com o artigo 11 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

continuação

	2013		2012		2013		2012	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Prejuízo fiscal e base negativa	6.341.619	6.517.256	5.077.701	5.252.983	6.684.453	6.860.090	5.461.254	5.636.536
Diferenças incorporadas (a)	-	-	174.910	62.968	-	-	174.910	62.968
Base de cálculo	4.320.513	4.320.511	3.720.870	3.832.812	4.611.074	4.611.072	4.001.357	4.113.302
Alíquota	25%	9,7%	9,7%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	2.665.533	975.999	2.243.370	823.389	2.823.882	1.032.404	2.409.380	883.153

(a) Representado pelo benefício fiscal futuro decorrente da dedutibilidade dos juros incorporados pelas empresas ATL e TESS, que foi realizado no prazo de cinco anos. A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
2013	-	750.374	-	781.087	-	-	-	-
2014	320.417	161.016	356.060	185.197	180.581	167.302	180.581	195.135
2015	340.919	247.374	378.261	273.440	(49.925)	39.002	(49.925)	42.229
2016	392.633	340.507	431.897	368.911	355.631	359.561	351.397	411.992
2017	624.479	320.273	665.561	348.681	-	-	-	26.262
2018	932.417	232.341	975.554	321.383	(13.442)	42.275	(116.065)	24.497
2019	749.496	237.691	788.382	237.691	(1.294.449)	(459.814)	(1.177.275)	(211.709)
2020	280.571	218.333	300.571	218.333	(440.119)	(156.337)	(400.522)	(71.981)
2021 a 2024	-	558.850	-	557.810	-	-	-	-
	<b>3.640.932</b>	<b>3.066.759</b>	<b>3.856.286</b>	<b>3.292.533</b>				

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Imposto de renda do exercício	(58.153)	(20.403)	(101.431)	(37.460)	Adições/exclusões de natureza temporárias:
Contribuição social do exercício	(20.679)	(7.382)	(37.460)	(13.442)	Provisão para débitos duvidosos
Impostos diferidos	547.986	176.372	538.312	152.364	Provisão para obsolescência de estoques
	<b>547.986</b>	<b>176.372</b>	<b>538.312</b>	<b>152.364</b>	Provisão para demandas judiciais
	<b>97.240</b>	<b>510.527</b>	<b>13.473</b>	<b>-</b>	Varição cambial
					Outros ajustes temporários
					Resultado tributável
					Taxa nominal (34%)
					Cálculo da taxa efetiva
					Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL
					(-) Ajustes permanentes
					Resultado tributável
					Taxa nominal (34%)
					Reconciliação
					Total dos ajustes temporários
					Imposto diferido sobre diferenças temporárias
					Imposto (diferido) corrente sobre o resultado
					Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
					Empresa Cidadã (Lei 11.770/2008 - Industrial 100%)
					Baixa de créditos fiscais
					Benefícios REFIS
					Crédito fiscal amortizado
					Outros
					Resultado IR e CS corrente e diferido

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	(1.705.978)	(977.836)	(1.667.788)	(893.722)	Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
Adições/exclusões de natureza permanentes:					Empresa Cidadã (Lei 11.770/2008 - Industrial 100%)
Ajustes RIT	(13.830)	15.791	(13.219)	17.293	Baixa de créditos fiscais
Equivalência patrimonial	(20.129)	(25.684)	(136.046)	12.804	Benefícios REFIS
Crédito fiscal amortizado	(174.910)	(659.639)	(174.910)	(659.639)	Crédito fiscal amortizado
Subcapitalização	-	436.241	-	436.241	Outros
Perda com débitos incorríveis	-	122.936	-	122.936	Resultado IR e CS corrente e diferido
Outros ajustes permanentes	216.689	60.507	216.570	92.263	

a) Composição:

	2013 (Controladora)				Resultado do exercício	% de participação	Provisão para passivo a descoberto	Resultado de equivalência patrimonial	Quantidade de ações/quotas
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	% de participação					
American S.A.	4.149.782	4.760.142	206.860	100%	206.860	100%	86.500.522.638		
ATL Cayman	3.522	(12.753)	(1.628)	100%	(1.628)	100%	1.750.000		
Tess Ltd	23	-	-	100%	-	100%	10.000		
Telet BVI	404	-	-	100%	-	100%	1.000		
MPO Processadora de Pagamentos S.A.	10.050	8.587	(1.463)	50%	(731)	50%	8.993.572		
Claro Corporate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	171.230	171.230	-	99,9%	-	99,9%	85.706.200		
	<b>4.335.012</b>	<b>4.927.206</b>	<b>203.769</b>		<b>(1.628)</b>		<b>206.129</b>		

	2013 (Consolidado)				Resultado do exercício	% de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Quantidade de ações/quotas
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	% de participação				
Coligadas	5.855.976	5.969.067	184.634	74,04%	184.634	74,04%	4.599.924.844	
Embratel TVSA	5.855.976	5.969.067	184.634		184.634		136.704	

b) Movimentação:

	Controladora				Total de investimentos	ATL Cayman	Total perda com investimento
	American S.A.	MPO Processadora de Pagamentos S.A.	Claro Corporate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total			
Saldo em 31/12/2012	4.555.248	-	-	-	4.555.248	(11.125)	(11.125)
Adição de investimento	-	5.025	-	171.230	176.255	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	206.860	(731)	-	206.129	(1.628)	-	-
Dividendos propostos	(1.966)	-	-	(1.966)	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	<b>4.760.142</b>	<b>4.294</b>	<b>171.230</b>	<b>4.935.666</b>	<b>(12.753)</b>	<b>(12.753)</b>	

(\*) Os valores de provisão para passivo a descoberto estão classificados no passivo não circulante, na rubrica de provisão para perdas com investimentos.

11. IMOBILIZADO

	Controladora				Total
	American S.A.	MPO Processadora de Pagamentos S.A.	Claro Corporate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total	
Saldo em 31/12/2012	4.284.196	-	-	-	4.284.196
Adição de investimento	-	5.025	-	171.230	176.255
Resultado da equivalência patrimonial	136.046	(731)	-	135.315	(1.628)
Dividendos propostos	(803)	-	-	(803)	-
Agio	-	-	85.233	85.233	-
Saldo em 31/12/2013	<b>4.419.399</b>	<b>4.294</b>	<b>85.233</b>	<b>4.509.256</b>	<b>(12.753)</b>

	Consolidado				Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação	Prédios	
Saldo em 31/12/2012	10.185.823	4.023.509	3.418.306	124.415	17.738.053
Adições	13	37.426	-	-	37.439
Baixas	(93.346)	(170.990)	(19.018)	(260)	(364.514)
Transferências	1.110.437	552.012	485.147	36.356	2.184.952
Saldo em 31/12/2013	<b>11.202.927</b>	<b>4.441.957</b>	<b>3.884.435</b>	<b>165.613</b>	<b>22.781.978</b>

	Consolidado				Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação	Prédios	
Saldo em 31/12/2012	10.185.823	4.023.509	3.418.306	124.415	17.738.053
Adições	13	37.426	-	-	37.439
Baixas	(93.346)	(170.990)	(19.018)	(260)	(364.514)
Transferências	1.110.437	552.012	485.147	36.356	2.184.952
Saldo em 31/12/2013	<b>11.202.927</b>	<b>4.441.957</b>	<b>3.884.435</b>	<b>165.613</b>	<b>22.781.978</b>

	Consolidado				Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação	Prédios	
Saldo em 31/12/2012	10.349.415	4.482.731	3.459.937	128.987	18.421.050
Adições	13	40.645	-	85.706	126.464
Baixas	(93.346)	(170.990)	(19.018)	(259)	(364.514)
Transferências	1.141.395	602.463	480.534	36.885	2.261.277
Saldo em 31/12/2013	<b>11.397.478</b>	<b>4.954.849</b>	<b>3.921.423</b>	<b>165.613</b>	<b>23.669.460</b>

	Consolidado				Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação	Prédios	
Saldo em 31/12/2012	10.349.415	4.482.731	3.459.937	128.987	18.421.050
Adições	13	40.645	-	85.706	126.464
Baixas	(93.346)	(170.990)	(19.018)	(259)	(364.514)
Transferências	1.141.395	602.463	480.534	36.885	2.261.277
Saldo em 31/12/2013	<b>11.397.478</b>	<b>4.954.849</b>	<b>3.921.423</b>	<b>165.613</b>	<b>23.669.460</b>

O saldo do immobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G). Durante os anos de 2013 e 2012, não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía bens do ativo immobilizado dados em garantia de processos judiciais, no montante de R\$1.174,4 mil para a Controladora e Consolidado (R\$12.090 em 31 de dezembro de 2012). O ativo immobilizado está sujeito a teste de recuperabilidade quando há indicativo de potencial perda de valor conforme mencionado na Nota 3. Revisão da vida útil: A administração da Companhia revisou a vida útil do seu ativo immobilizado para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013. Tal revisão foi suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil-econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo immobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identifica ajustes nas taxas de depreciação.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado				Total
	Prazo de amortização em anos	2013	2012	2013	
Saldo em 31/12/2012	15	10.582.187	(8.668.721)	1.913.466	2.254.189
Adições	5	405.604	(364.960)	40.644	23.189
Baixas	15-20	36.759	(9.677)	27.082	36.759
Fundo de comércio	1	85.191	(80.223)	4.968	3.550
Outros ativos intangíveis	5-10	15.795	(3.639)	12.156	3.400
Intangível em andamento	-	2.239	(2.239)	-	80.483
		<b>11.127.775</b>	<b>(8.127.520)</b>	<b>3.000.255</b>	<b>2.401.599</b>

	Controladora				Total
	Direito de concessão	Direito de uso de software	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	
Saldo em 31/12/2012	10.521.631	-	-	36.759	10.558.390
Adições	60.556	-	-	-	60.556
Baixas	-	(17.147)	-	-	(17.147)
Transferências	-	29.933	-	8.163	38.096
Saldo em 31/12/2013	<b>10.582.187</b>	<b>405.604</b>	<b>36.759</b>	<b>85.191</b>	<b>11.127.775</b>

	Consolidado				Total
	Direito de concessão	Direito de uso de software	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	
Saldo em 31/12/2012	10.521.631	-	-	36.759	10.558.390
Adições	60.556	-	-	-	60.556
Baixas	-	(17.147)	-	-	(17.147)
Transferências	-	30.204	-	8.163	38.367
Saldo em 31/12/2013	<b>10.582.187</b>	<b>406.908</b>	<b>36.759</b>	<b>85.191</b>	<b>11.127.775</b>

	Consolidado				Total
	Direito de concessão	Direito de uso de software	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	
Saldo em 31/12/2012	10.521.631	-	-	36.759	10.558.390
Adições	60.556	-	-	-	60.556
Baixas	-	(17.147)	-	-	(17.147)
Transferências	-	30.204	-	8.163	38.367
Saldo em 31/12/2013	<b>10.582.187</b>	<b>406.908</b>	<b>36.759</b>	<b>85.191</b>	<b>11.1</b>



**\* continuação**

As transações com as partes relacionadas são transações financeiras e as transações entre a Sercotel e Claro Telecom Participações referem-se a dividendos a pagar, as quais não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. As contas a receber com a Alcan Telecomunicações Ltda., ATL Cayman e Claro Telecom Participações S.A. não possuem atualização monetária e prazo de vencimento. As contas a receber da AMX Argentina e Comcel, referem-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência. Os saldos de contas a receber e a pagar de vendas de mercadorias referem-se, basicamente, a compra e venda de aparelhos e acessórios, aluguel de circuitos, prestação de serviços e interconexão. Essas transações são mantidas a valor de mercado. Em 03 de julho de 2006, ocorreu a transferência da dívida a pagar à AM Latin América, LLC para o novo credor Sercotel S.A. de C.V. O novo contrato estabeleceu a alteração de moeda de origem para Reais, com encargos financeiros à taxa de juros de 15% a.a., e com vencimento em 31 de dezembro de 2008. A renovação deste contrato ocorreu em dezembro de 2008 e postergou o vencimento para 31 de dezembro de 2018 com incidência de encargos financeiros de 157% do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado é de R\$1.825.933. Em 07 de março de 2008, a Companhia e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX durante os trimestres. O prazo deste contrato será de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a receber é de R\$218.427. Em 27 de março de 2009, a Companhia e sua parte relacionada Claro Chile S.A. celebraram contrato de compra e venda de recebíveis futuros, no montante de R\$227.470, no qual a Companhia cumprirá o pagamento deste valor através da entrega dos recebimentos realizados das vendas e serviços, trimestralmente, em 16 parcelas contando a partir de 15 de janeiro de 2011 a 15 de outubro de 2014. Este contrato prevê encargos que variam entre 13,37% a 15,16%. Em 30 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu uma obrigação com a Telmex do Brasil Ltda. transferindo parcialmente o saldo referente ao contrato de compra e venda de recebíveis futuros, como resultado da venda de recebíveis da Claro Chile S.A. para a Telmex do Brasil Ltda. Em 18 de outubro de 2010, a Companhia obteve o empréstimo junto a Sercotel S.A. de C.V., no montante de R\$1.065.624. Este contrato possui vencimento em 03 de outubro de 2014, com encargos financeiros à uma taxa anual equivalente ao resultado do Spread, acrescido do CDI, o spread aplicável será de 1,40% ao ano. Em relação a este empréstimo, a Companhia antecipou dois pagamentos em 21 de janeiro de 2011 e 15 de abril de 2011, restando o montante de R\$990.431 a ser pago em 03 de outubro de 2014. Em 15 de agosto de 2011, a Companhia obteve o empréstimo junto a Sercotel S.A. de C.V., no montante de R\$500.000. Este contrato possui vencimento em 03 de outubro de 2014, com encargos financeiros à uma taxa anual equivalente ao resultado do Spread, acrescido do CDI, o spread aplicável será de 1,40% ao ano. Em 31 de agosto de 2012, a Companhia obteve o empréstimo junto a América Móvil, no montante de duas parcelas de R\$2.026.880 em 31 de agosto de 2012 e outra no montante de R\$2.029.115 em 04 de setembro de 2012, com vencimento em 02 de agosto de 2017, com encargos financeiros à taxa Libor de seis meses acrescidos de juros de 3% ao ano e incidência de variação cambial do dólar norte-americano. Em 28 de setembro de 2012, a Companhia obteve o empréstimo junto a Claro 110 S.A., no montante de R\$500.000. Este contrato possui vencimento em 03 de outubro de 2014, com encargos financeiros a uma taxa anual equivalente ao resultado do Spread, acrescido do CDI, o spread aplicável será de 1,40% ao ano. Em 27 de dezembro de 2012, estão registrados os valores a pagar de R\$124.107 aos acionistas Sercotel S.A. de C.V. e Claro S.A., respectivamente, provenientes da operação de redução do capital social. Será pago em única parcela em junho de 2014, com encargos financeiros a uma taxa anual equivalente ao resultado do Spread, acrescido do CDI, o spread aplicável é de 1% ao ano, detalhada na Nota 20. Em 31 de dezembro de 2012, estão registrados os valores a pagar de R\$391 e R\$87.666 aos acionistas Sercotel S.A. de C.V. e Claro Telecom Participações S.A., respectivamente, provenientes da operação de redução do capital social, detalhada na Nota 20. Em 27 de março de 2013, a Companhia obteve um empréstimo junto a América Móvil, no montante de R\$300.000 a ser pago em 26 de março de 2014, com encargos financeiros equivalentes a 104% do CDI. Para os propósitos deste contrato de mútuo, ("Limitação de Juros Brasileiros") significa a limitação de 12% ao ano aplicável às instituições não financeiras. Esta norma é imposta pela legislação brasileira (Decreto 22.626/33). Em 07 de junho de 2013, a Companhia obteve um empréstimo junto a América Móvil, no montante de R\$764.000 a ser pago em 09 de junho de 2014, com encargos financeiros equivalentes a 104% do CDI. Para os propósitos deste contrato de mútuo, ("Limitação de Juros Brasileiros") significa a limitação de 12% ao ano aplicável às instituições não financeiras. Esta norma é imposta pela legislação brasileira (Decreto 22.626/33). Em 27 de dezembro de 2013, a Companhia obteve um empréstimo junto a América Móvil, no montante de USD 936.000 de acordo com o previsto nas normas editadas pelo Banco Central do Brasil. O vencimento do contrato será em 26 de dezembro de 2018, sobre o valor principal incidirão juros fixados a taxa Libor 6 (seis meses) mais 250 (duzentos e cinquenta) pontos ao ano ("Taxa de Juros"). Os juros ora especificados serão pagos semestralmente. Em 31 de dezembro de 2013, houve uma reestruturação de dívida entre a Claro S.A. e a Sercotel S.A., onde as partes realizaram uma reestruturação de suas dívidas no Brasil e no exterior. A dívida foi assumida pela empresa AMOV I mediante constituição de um novo empréstimo estabelecido em contrato de mútuo. A partir dessa data, a Claro passa a ter uma dívida contra a AMOV I de R\$ 2.356.860 sendo R\$961.130, como principal e R\$1.395.730 como juros incorridos até 30 de dezembro de 2013. **Participação dos empregados nos resultados:** São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas. **Remuneração dos administradores:** Durante os exercícios de 2013 e 2012, as remunerações dos administradores totalizaram R\$4.347 e R\$2.631, respectivamente na controladora, e R\$4.417 e R\$3.043, respectivamente no consolidado.

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Quantidade de ações em			
	2013		2012	
	Ordinárias nominativas	Preferenciais nominativas	Ordinárias nominativas	Preferenciais nominativas
Claro Telecom Participações S.A.	33.766.938.673	3.335.602.986	33.766.938.673	3.335.602.986
AM Telecom Américas S.A. de C.V.	2.374.086.683	2.329.907.946	2.374.086.683	2.329.907.946
Embrapar Participações	8.618.110.489	1.350.985.447	-	-
Ações em Tesouraria	486.389.007	-	486.389.007	-
Outros	2.150	1.934	2.150	1.934
	<b>45.245.527.002</b>	<b>7.016.498.313</b>	<b>36.627.416.513</b>	<b>5.665.512.866</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro 2013, a Companhia subscreeu da Embrapar Participações S.A., a quantidade de 8.618.110.489 (oito bilhões, seiscentas e dezoto milhões, cento e dez mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias e 1.350.985.447 (um bilhão, trezentas e cinquenta milhões, novecentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e quarenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 0,222587865434 por ação, fixado com base no valor do patrimônio líquido da ação de 30 de novembro de 2013, que representam a integralização do montante de R\$2.218.999. Em 24 de maio de 2012, foi aprovado, através de Assembleia Geral Extraordinária um aumento de capital, no montante de R\$1.342.709, mediante a emissão de 3.428.522.797 (três bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentas e vinte e duas mil, setecentas e noventa e sete) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 3.378.762.366 (três bilhões, trezentas e setenta e oito milhões, setecentas e sessenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis) ações ordinárias e 49.760.431 (quarenta e nove milhões, setecentas e sessenta mil, quatrocentas e trinta e uma) ações preferenciais, as quais serão atribuídas aos acionistas da Americal, em troca das ações de emissão da Americal que serão incorporadas pela Companhia. Nesta deliberação, fica registrado o voto contrário da acionista Sercotel S.A. de C.V., que, presente à Assembleia, exerceu, desde já, seu direito de recesso para retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, conforme facultado pelos artigos 45 e 137 da Lei das S.A. Em razão das deliberações acima, e face ao exercício, pela acionista Sercotel S.A. de C.V., de seu direito de recesso, a Sercotel S.A. de C.V. se retira da Companhia, sendo as 486.389.007 (quatrocentas e oitenta e seis milhões, trezentas e oitenta e nove mil e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade reembolsadas pelo seu valor patrimonial contábil, conforme determina o artigo 45 da Lei das S.A., no montante correspondente a R\$124.108. O valor de reembolso das ações de titularidade da Sercotel S.A. de C.V. deverá ser pago pela Companhia a conta de reserva de lucros. **a) Reserva legal:** A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital. Em 31 de dezembro de 2013, o valor registrado na rubrica de Reserva Legal foi de R\$205.191 na controladora e no consolidado (R\$205.191 em 31 de dezembro de 2012 na controladora e no consolidado). **b) Reserva especial para dividendos não distribuídos:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. **c) Incentivos fiscais:** Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **d) Direito das ações:** As ações preferenciais não têm direito a voto. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Em 19 de dezembro de 2005, os acionistas da Companhia aprovaram a modificação dos direitos das ações preferenciais, os quais passaram a ser os seguintes: i. Participação nos lucros que sejam distribuídos pela Companhia como dividendos, os quais serão 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, em conformidade com as disposições do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.404/76, e ii. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. **e) Dividendos:** Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada, através de Assembleia Geral Extraordinária, (a) a proposta de redução do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas da Companhia para 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; (b) caso aprovado o item (a) acima, alterar o Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia; e (c) aprovar o balanço patrimonial da Companhia a ser utilizado para fins de determinação do valor de reembolso a que farão jus os acionistas que eventualmente venham a exercer seu direito de recesso. **f) Recursos de acionistas para futuro aumento de capital:** Durante o ano de 2006, a acionista Claro Telecom Participações S.A. converteu parte da dívida que detinha contra a Companhia, no montante de R\$9.594, em adiantamento para futuro aumento de capital e posteriormente efetuou a capitalização do montante de R\$41.654, restando R\$7.042. Sobre esse recurso não incidem juros nem atualização monetária. **g) Resultado por ação:**

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia</b>				
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais	(156.928)	(117.950)	(156.928)	(117.950)
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(1.001.064)	(762.546)	(1.001.064)	(762.546)
	<b>(1.157.992)</b>	<b>(880.496)</b>	<b>(1.157.992)</b>	<b>(880.496)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.016.498	5.665.512	7.016.498	5.665.512
Média ponderada do número de ações ordinárias	36.627.416	36.627.416	36.627.416	36.627.416
	<b>43.643.914</b>	<b>42.292.928</b>	<b>43.643.914</b>	<b>42.292.928</b>
<b>Resultado básico e diluído por ações (lote de mil ações)</b>				
Ação preferencial	(22,37)	(20,82)	(22,37)	(20,82)
Ação ordinária	(27,33)	(20,82)	(27,33)	(20,82)

**20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Serviços pós-pagos	5.044.100	4.964.875	5.044.100	4.964.782
Serviços pré-pagos	3.263.207	2.372.893	3.263.207	2.798.494
Tarifa de uso de meios	3.532.302	3.433.345	3.780.671	3.922.232
Roaming	315.144	310.494	315.346	337.167
Venda de aparelhos e acessórios	1.281.276	807.318	1.281.276	893.523
	<b>13.436.029</b>	<b>11.420.925</b>	<b>13.684.600</b>	<b>12.916.178</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Efetivos	Suplentes do Conselho
<b>Daniel Hajj Aboumrhad</b> - Presidente do Conselho	<b>Carlos Hernán Zenteno de los Santos</b> - Suplente de Daniel Hajj Aboumrhad
<b>Carlos José García Moreno Elizondo</b> - Vice-Presidente do Conselho	<b>Isaac Berensztejn</b> - Suplente de Carlos Jose Garcia Moreno Elizondo
<b>Oscar Von Hauske Sólis</b> - Conselheiro	<b>Marcos Medeiros Coelho da Rocha</b> - Suplente de Alberto de Orleans e Bragança
<b>Alberto de Orleans e Bragança</b> - Conselheiro	<b>Daniel Alejandro Tapia Mejía</b> - Suplente de Alejandro Cantú Jimenez
<b>Alejandro Cantú Jimenez</b> - Conselheiro	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Claro S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a

avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases** Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Claro S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 8, a Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. As estimativas de recuperação desses créditos tributários estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras. São Paulo, 03 de abril de 2014

**RICARDO BASSO GAINO**  
Gerente de Contabilidade - CRC - PR-040021/O-0-S-SP

**JOÃO RICARDO P. COSTA**  
Contador CRC-1RJ066748/O-3-S-SP

**21. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mão de obra própria	(134.442)	(135.684)	(144.416)	(152.223)
Serviços contratados com terceiros	(670.381)	(614.134)	(704.671)	(659.744)
Aluguéis	(575.299)	(468.331)	(615.845)	(515.023)
Meios de conexão	(393.790)	(243.304)	(400.240)	(272.710)
Taxas e contribuições	(1.111.595)	(896.570)	(1.115.547)	(1.027.777)
Amortização da concessão	(431.850)	(761.067)	(431.850)	(805.273)
Depreciação da rede	(2.036.619)	(1.673.392)	(2.123.498)	(1.843.739)
Interconexão	(2.305.169)	(2.012.455)	(2.305.169)	(2.268.122)
Outros	(54.927)	(29.476)	(57.856)	(46.726)
Custo dos serviços prestados	(7.714.072)	(6.834.413)	(7.899.092)	(7.591.337)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.009.073)	(1.560.297)	(2.009.073)	(1.751.704)
	<b>(9.723.145)</b>	<b>(8.394.710)</b>	<b>(9.908.165)</b>	<b>(9.343.041)</b>

**22. DESPESAS COMERCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mão de obra própria	(526.717)	(474.644)	(526.497)	(529.013)
Serviços contratados com terceiros	(946.325)	(804.540)	(946.333)	(896.852)
Aluguéis	(77.787)	(57.633)	(77.787)	(64.895)
Publicidades	(611.365)	(646.533)	(611.365)	(682.433)
Comissões	(656.778)	(502.941)	(656.778)	(555.516)
Devedores duvidosos (Nota 6)	(211.244)	(250.680)	(211.244)	(291.292)
Outros	(269.252)	(87.136)	(271.544)	(105.230)
	<b>(3.299.468)</b>	<b>(2.824.107)</b>	<b>(3.301.548)</b>	<b>(3.125.231)</b>

**23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mão de obra própria	(251.940)	(211.603)	(252.609)	(232.669)
Serviços contratados com terceiros	(307.219)	(290.064)	(307.219)	(342.627)
Aluguéis	(10.878)	(9.466)	(10.878)	(9.466)
Taxas e contribuições	(123.823)	(62.784)	(126.502)	(118.397)
Depreciação e amortização	(126.218)	(82.114)	(125.798)	(85.345)
Outros	(11.834)	(36.376)	(12.185)	(48.508)
	<b>(831.912)</b>	<b>(692.407)</b>	<b>(834.651)</b>	<b>(837.012)</b>

**24. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras	-	-	-	3.121
Juros sobre mútuos	130.406	143.822	131.487	260.307
Juros sobre receitas	50.327	45.357	50.327	49.924
Tarifas	180.733	189.179	181.814	313.352
Despesas financeiras				
Variação cambial	(691.543)	(159.535)	(691.940)	(177.667)
Juros sobre impostos	(578.570)	(161.330)	(552.492)	(196.356)
Juros sobre mútuos	(245.489)	(87.579)	(245.489)	(87.579)
Juros sobre empréstimos	(420.324)	(419.353)	(420.324)	(419.353)
Juros sobre fornecedores	-	-	(42)	(6.582)
Juros sobre concessão	(14.998)	(15.471)	(14.998)	(15.471)
Descontos concedidos	(76.887)	(58.671)	(76.887)	(58.671)
Tarifas	-	-	-	-
Outros	(37.424)	(74.663)	(40.010)	(80.533)
	<b>(2.065.235)</b>	<b>(976.602)</b>	<b>(2.042.182)</b>	<b>(1.042.216)</b>
	<b>(1.884.502)</b>	<b>(787.423)</b>	<b>(1.860.368)</b>	<b>(728.860)</b>

**25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outras receitas operacionais				
Assessoria de telecomunicação e outras	508.366	317.494	508.366	317.494
Uso da marca	-	14.501	-	-
Ganho do ativo imobilizado alienado	644	-	644	113
Ganho com processos judiciais	-	-	25.362	-
Outras	3.935	6.673	3.980	6.843
	<b>512.945</b>	<b>338.668</b>	<b>538.352</b>	<b>324.450</b>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(121.918)	(59.561)	(121.918)	(82.187)
Perda do ativo imobilizado alienado	-	(3.769)	-	(4.079)
Multas	-	-	-	-
Outras	(136)	(1.136)	(136)	(1.